

Novas tentativas para atrasar o andamento da fase 3

Já se esperava que as conversações do governo com a comunidade financeira internacional relacionadas à fase 3 da renegociação brasileira não fossem concluídas antes da oficialização da escolha do futuro presidente da República em 15 de janeiro próximo. Em face do noticiário mais recente, não chega a ser exagero prever que essas negociações talvez não cheguem ao fim antes de 15 de março de 1985, quando o novo presidente tomará posse.

Como se sabe, os entendimentos com os bancos internacionais dependem de um acordo prévio entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI). E isso, por sua vez, está sujeito à eliminação de pendências com países que fazem parte do Clube de Paris, com o qual o Brasil negociou, em conjunto, um acordo para reescalonamento de amortizações e os juros devidos sobre empréstimos oficiais no período de agosto de 1984 a dezembro de 1985.

As conversações com cada um desses países deveriam, apa-

rentemente, ter um curso tranquilo, mas têm surgido empecilhos que vêm concorrendo para atrasar todo o processo. E novas missões são enviadas ao exterior, como a que está nesta semana em Tóquio, para discutir questões surgidas à última hora.

E o caso, por exemplo, da cláusula de "cross-default", pela qual se um devedor não pagar um compromisso na data prevista a um credor, este pode declará-lo inadimplente, fazendo com que todos os demais empréstimos concedidos a tal devedor sejam automaticamente considerados vencidos. A inclusão dessa cláusula no acordo com o Clube de Paris é absurda, uma vez que, embora os créditos negociados tenham sido concedidos pelos governos dos países industrializados ou por suas agências de financiamento, nem sempre figuram como mutuários o governo brasileiro ou as empresas estatais. Se aceitasse a cláusula, o Brasil passaria, portanto, a responder oficialmente por empréstimos concedidos a empresas privadas, podendo

qualquer credor declarar o País em "default" se uma única operação não fosse honrada.

E estranho que uma questão desse tipo seja levantada em um momento como este, sabendo-se que, entre todos os países em desenvolvimento, o Brasil foi o que pôde apresentar as melhores estatísticas sobre o volume de empréstimos externos recebidos, tanto pelo setor público quanto pelo privado, todos registrados no Banco Central. Ao apresentar tais dados, o governo brasileiro reafirmou o propósito de se empenhar em que os débitos fossem saldados em sua integridade, não negando a parte da dívida contraída pelo setor privado, como fez o México, por um determinado período. Além disso, deve ser lembrado que somente em uma fase de dificuldades cambiais extremas o País suspendeu a transferência ao exterior dos valores de amortizações e juros devidos.

As exigências parecem, portanto, fazer parte de um plano orquestrado para que o Brasil renegocie a fase 3 numa posição de su-

jeição incondicional. Já temerosos de que o governo brasileiro pudesse acumular um volume muito elevado de reservas, o que lhe viria dar mais força nas negociações, os banqueiros insistiram em que não poderia haver um aporte de dinheiro novo em 1985, nem mesmo para cobrir o déficit projetado em conta corrente, da ordem de US\$ 3 bilhões. Agora, os seus governos desejam impor obrigações sem nenhum sentido, principalmente se se considerar a estupenda performance do País com relação às contas externas, podendo conseguir neste ano um superávit comercial próximo a US\$ 13 bilhões, o que significará um saldo negativo em conta corrente de menos de US\$ 500 milhões.

A única explicação que podemos encontrar para essa atitude é que os bancos internacionais e os bancos estrangeiros desejam extraer do futuro governo brasileiro promessas que ele não estará em condições de fazer antes de uma cuidadosa avaliação do estado da economia após 15 de março de 1985.